

O Conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica

The Russia-Georgia Conflict: a historical revision

Fabiano Mielniczuk¹

RESUMO

O breve conflito entre Rússia e Geórgia, em agosto de 2008, trouxe à tona o problema dos Estados de fato que existem no território da antiga URSS, apesar de suas soberanias não serem reconhecidas pela comunidade internacional. Todavia, uma das questões mais instigantes a respeito do conflito foi negligenciada pela maioria dos analistas: por que a Geórgia atacou a Ossétia do Sul, se todos os indícios indicavam que haveria reação da Rússia e inação dos Estados Unidos? Este artigo argumenta que o nacionalismo georgiano foi o fator que causou o erro de avaliação do governo Saakashvili e que a omissão se deve ao fato de o nacionalismo georgiano ser apoiado pelo Ocidente. Logo, reconhecer o nacionalismo como causa do conflito implicaria reconhecer a responsabilidade do Ocidente.

Palavras-chave: Conflito Rússia-Geórgia. Espaço da Antiga URSS. Segurança Internacional. Cáucaso.

ABSTRACT

The short conflict between Russia and Georgia in August 2008 brought to light the problem of States that claim their *de facto* sovereignty in the space of the former USSR despite the unwillingness of the international community to recognize them as independent. However, the majority of analysts neglected one of the most intriguing questions concerned to the conflict: why did Georgia attack South Ossetia if both Russia's reaction and America's inaction were expected? This paper argues that Georgia's nationalism caused Saakashvili's miscalculation in ordering the attacks against the Ossetians. In this sense, the omission is due to the fact that Georgia's nationalism was supported by the west and the acknowledgement of this fact would imply western responsibility in the conflict.

Key-Words: Russia-Georgia Conflict. Former USSR region. International Security. Caucasus.

1. Prof. Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Gostaria de agradecer ao auxílio de Paula Maculan, Bolsista PIBIC-CNPq do projeto "O efeito dos ataques terroristas de 11 de setembro para o relacionamento OTAN-Rússia" desenvolvido no âmbito do programa de bolsas da PUC-Rio.

Recebido em:
13 de maio de 2013
Aprovado em:
25 de julho de 2013

Introdução

Em agosto de 2008, a Rússia atacou a Geórgia em resposta à tentativa desse país de reincorporar, pela força, a região da Ossétia do Sul. Localizada em seu território, a Ossétia reivindicava sua independência desde o final da URSS, e a situação se mantinha estável em razão da presença de uma força de manutenção de paz da Comunidade de Estados Independentes (CEI) composta, em sua maioria, por tropas russas. Nos dias que se seguiram às agressões, os principais jornais norte-americanos apresentaram a mesma versão para o conflito: a Rússia, com suas pretensões neoimperialistas, estaria utilizando o problema das minorias na Geórgia como pretexto para reconquistar sua esfera de influência no espaço da antiga URSS.

Em editorial do dia 11 de agosto de 2008, o *The New York Times* relatou que o presidente da Geórgia, Mikheil Saakashvili, caíra na armadilha de Moscou e atraíra os russos de maneira trágica ao enviar seu exército à Ossétia do Sul. Ainda segundo o NYT, Vladimir Putin estaria por trás da agressão russa, e parecia determinado a retomar através da força e intimidação a maior parte possível da antiga União Soviética sem sofrer retaliações (*The New York Times*, 2008). No mesmo dia, outros periódicos reproduziram as acusações a Putin, afirmando que o então Primeiro-Ministro teria por hábito a utilização de manobras dissimuladas aprendidas nos manuais da KGB. No dia 02 de setembro, o *Washington Post* responsabilizou pelo conflito o “presidente-transformado-em-primeiro-ministro”, Vladimir Putin, indicando que as tendências autoritárias na Rússia a tornariam cada vez mais agressiva contra democracias vizinhas (*The Washington Post*, 2008). O que chama a atenção é a total responsabilização da Rússia pelo conflito e a semelhança da identidade usualmente atribuída à antiga URSS durante a Guerra Fria à Rússia atual.

O presente artigo propõe uma interpretação menos maniqueísta desse episódio. Nas próximas quatro partes, pretende-se responder por que a Geórgia atacou a Ossétia do Sul, se todos os indícios indicavam que haveria reação da Rússia e inação dos Estados Unidos. Na próxima seção, a relação entre Rússia, Geórgia e Ossétia é colocada em perspectiva histórica. Posteriormente, o impacto do fim da URSS nos conflitos do início dos anos 1990 entre Rússia e Geórgia são analisados. Após essas retrospectivas, são sugeridas duas causas para o confronto de 2008, a saber, o renascimento do nacionalismo georgiano e a expansão da OTAN para o estrangeiro próximo da Rússia. O artigo é encerrado com a resposta sobre os motivos que levaram a Geórgia a atacar a Ossétia do Sul.

Uma breve história das relações entre Rússia, Geórgia e Ossétia

Os Ossetas descendem dos Alanos, tribo que ocupava uma região do Cáucaso compreendida no que hoje pertence ao território russo. Sua separação entre Ossetas do norte e do sul ocorreu após as invasões mongóis do século XIII, quando alguns de seus membros atravessaram as montanhas e se instalaram em território correspondente à atual Geórgia. A partir da incorporação da Geórgia pelo império russo, em 1801, os Os-

setas viveram novamente como um só povo por mais de 100 anos. Durante a guerra civil que sucedeu à revolução russa, em 1917, os nacionalistas georgianos, em guerra contra os Bolcheviques, proclamaram a República Democrática da Geórgia, declarando a Ossétia do Sul como parte de seu território. Com medo da separação entre o norte (Rússia bolchevique) e o sul (Geórgia nacionalista), os Ossetas constituíram a República Soviética da Ossétia, a qual deveria permanecer submetida aos bolcheviques. A medida foi mal recebida pelos georgianos, que atacaram a Ossétia do Sul, massacraram parte de sua população e forçaram a saída dos Ossetas da região. Todavia, após a vitória dos bolcheviques sobre os nacionalistas, é criada a República Socialista Soviética da Geórgia (RSSG). Em 1922, com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Ossétia do Sul passa a ser uma Região Autônoma dentro da RSSG. Na prática, o *status* da região permaneceu o mesmo na maior parte do tempo, até o final dos anos 1980 (OZHIGANOV, 1997).

As Regiões Autônomas pertenciam às repúblicas que compunham a URSS e eram parcialmente autônomas em relação a elas em função da relação especial que desfrutavam com o centro soviético. Essa foi a maneira encontrada para garantir autonomia cultural e lingüística aos povos das regiões com minorias étnicas dentro das repúblicas socialistas e evitar a exacerbação de movimentos nacionalistas que pudessem ameaçá-las (SEGRILLO, 2000). Afinal de contas, um regime erigido a partir da promessa de que o nacionalismo seria suplantado pela identidade de classe não poderia permitir que tais sentimentos perturbassem a ordem interna. Embora Lênin afirmasse que o respeito às nacionalidades era necessário para o amadurecimento do sentimento de classe (Lênin acreditava que, com o tempo, os proletários perceberiam o quão artificial era o nacionalismo), tal sentimento sempre foi um problema na URSS. Stálin tentou resolvê-lo com migrações de russos para as outras repúblicas soviéticas, a partir da crença de que a identidade de classe floresceria com mais força se o sentimento nacional se enfraquecesse em razão da miscigenação étnica. Esse era o projeto de construção do “homem soviético.” Entretanto, durante a vigência do socialismo, os russos não se misturaram com a população local, à exceção da situação nas repúblicas eslavas (Ucrânia e Belarus). Para complicar mais as coisas, eles tinham maior grau de instrução, ocupavam os melhores empregos e recebiam os melhores salários. Por isso eram vistos como uma minoria opressora, respaldada por Moscou. No lugar de resolver o problema, as políticas stalinistas deixaram um legado de mais de 25 milhões de russos vivendo nas antigas repúblicas soviéticas, sendo que na maioria delas a “diáspora russa” é bastante hostilizada pelas sociedades locais (GATI, 1984; HOFFMAN, 1987; SHERAMAN, 1995; KING; MELVIN, 1999; TUMINEZ, 2003).

O sentimento de repúdio à minoria russa, por sua vez, foi fundamental para o fortalecimento dos nacionalismos nas repúblicas no período final da URSS. Os primeiros movimentos nacionalistas vinculavam-se às demandas de independência dos países do Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia) e, posteriormente, se expandiram pelo Cáucaso e Ásia Central. Sua emergência foi possível devido a combinação dos fatores econômicos, militares, políticos e sociais que causaram o fim da

União Soviética. A crise econômica e política que assolou o país em decorrência da ineficiência das medidas de Gorbachev enfraqueceu o poder de Moscou sobre as repúblicas, erodindo o que lhe restava de legitimidade. Nesse contexto, algumas repúblicas iniciaram um boicote às metas de conscrição militar estabelecidas pelo comando soviético. Além disso, muitas passaram a atrasar o repasse dos impostos arrecadados à Moscou, sob a alegação de que as necessidades econômicas de sua população deveriam ser priorizadas. A insatisfação foi direcionada prontamente para reivindicações nacionalistas, as quais ganhavam cada vez mais visibilidade em razão da abertura política proporcionada pelas mudanças em curso. Em decorrência, as tensões entre nacionalidades se intensificaram sem que os conflitos esporádicos encontrassem a repressão característica que marcava o domínio soviético, pois Gorbachev receava perder o apoio dos líderes das repúblicas para o seu programa de reformas (SEGRILLO, 2000; MIELNICZUK, 2004).

O fim da URSS e os conflitos na Geórgia.....

Em 1989, Gorbachev instituiu eleições multipartidárias para os Sovietes Supremos das repúblicas, em um movimento que visava aumentar seu prestígio junto à população da URSS. Na Geórgia, essa “inovação” levou à presidência do Soviete Supremo o ultranacionalista Zviad Gamsakhurdia. Conhecido no Ocidente como defensor dos direitos humanos, Gamsakhurdia liderou as forças políticas no processo de independência georgiana. Para realizar esse objetivo, contudo, seria necessário lidar com a resistência das três regiões autônomas localizadas em seu território: a Adjária, a Abecásia e a Ossétia do Sul. Em um primeiro momento, as relações mais conturbadas se deram com essa última, e a situação se agravou entre 1989 e 1992. Com medo dos efeitos do nacionalismo georgiano sobre sua autonomia, os Ossetas declaram a criação de uma República Socialista Soviética da Ossétia, e solicitam seu ingresso na URSS caso a Geórgia se tornasse independente. Concomitantemente, o governo de Gamsakhurdia instituiu o georgiano como idioma oficial em todo o território, revogou o *status* de região autônoma da Ossétia do Sul e iniciou medidas para controlá-la. Nesse ínterim, a Ossétia declarou sua independência em relação à Geórgia e a Geórgia se tornou independente da URSS (BREAULT; JOLICOER; LÉVESQUE, 2003).

De início, a Rússia não defendeu assertivamente os interesses dos Ossetas. Na verdade, Boris Ieltsin, líder nacionalista russo, havia vencido as eleições de 1990 e lutava para minar a legitimidade que restava à Gorbachev de modo a “libertar” a Rússia do controle soviético. Para tanto Ieltsin apoiava movimentos nacionalistas nas demais repúblicas e dentro da própria Federação Russa. Tal postura da Rússia começa a mudar após o fracasso do golpe da linha dura contra Gorbachev, em agosto de 1991. Temendo que o novo pacto federativo proposto por Gorbachev concedesse muita autonomia às repúblicas soviéticas e enfraquecesse o centro de poder em Moscou, um grupo de militares prendeu Gorbachev, anunciou que ele estava incapacitado para continuar à frente da URSS, e decretou estado de emergência, revogando as medidas que concediam mais liber-

dade política no país. Ao perceber o golpe como uma ameaça a seus interesses, Ieltsin muda radicalmente de postura e passa de opositor a aliado do presidente da URSS. Dessa forma, ele conclama a população da república a lutar contra os golpistas e exige a liberação de Gorbachev. Por seu turno, Gamsakhurdia titubeia em condenar o golpe e sugere, inclusive, que o episódio havia sido forjado por Gorbachev a fim de aumentar sua popularidade, suposição considerada ridícula pelo então presidente dos EUA, George Bush. A posição do presidente da Geórgia se justifica como tentativa de acabar com a oposição interna liderada por comunistas próximos à Gorbachev, os quais denunciavam sua cruzada nacionalista e as conseqüências das guerras contra as Regiões Autônomas. Gamsakhurdia apostou no sucesso do golpe com a expectativa de que a perseguição desencadeada pelos golpistas a seus opositores comunistas o fortaleceria. Poucos dias após seu anúncio, o golpe fracassa, Ieltsin aparece aos olhos do mundo como defensor da democracia na URSS e a oposição dos comunistas à Gamsakhurdia (a partir de então com apoio de Gorbachev) se transforma em um movimento golpista que toma o poder no final de 1991. Após sua deposição, Gamsakhurdia foge para a Chechênia, de onde organiza a resistência nacionalista contra o novo governo encabeçado pelo ex-ministro dos assuntos estrangeiros da União Soviética, Eduard Shevardnadze. A situação na Ossétia do Sul piora na medida em que o país mergulha em uma guerra civil (SEGRILLO, 2000; BREAUULT; JOLICOER; LÉVESQUE, 2003; MIELNICZUK, 2004).

O fim da URSS agrava o problema. Em primeiro lugar, porque a Rússia passa a ser governada por Ieltsin, que adota o discurso ultraliberal e orienta seu ministro das relações exteriores, Andrei Kozyrev, a buscar uma aliança com o Ocidente a qualquer custo. Essa postura é adotada no mesmo momento em que um ex-comunista ocupa o poder na Geórgia e luta contra as forças nacionalistas, que por muito tempo receberam ajuda ocidental. Também devem ser consideradas as divergências sobre o comando dos militares da Ex-URSS estacionados na Geórgia. Devido a sua oposição à Rússia, a Geórgia não ingressa na Comunidade de Estados Independentes (CEI), que teria uma estrutura militar unificada para lidar com essas questões. O problema é que boa parte dos oficiais era composta por russos, os quais viam as populações que historicamente contaram com o apoio de Moscou sofrendo as conseqüências dos conflitos com o governo central georgiano. Seguindo um padrão semelhante ao que ocorria na Transdníestria (região separatista da Moldávia), os militares russos se envolveram nos conflitos para proteger as minorias separatistas. Criou-se, então, uma situação inusitada: o governo de um ex-comunista, Shevardnadze, intensificava os ataques contra as regiões autônomas para não perder o controle dos territórios para a influência de militares russos que, por sua vez, agiam sem o consentimento do governo de Ieltsin, que também não via com bons olhos os separatistas, por associá-los ao passado soviético - vale lembrar que a Ossétia tinha se tornado uma República Socialista ao declarar sua independência da Geórgia (TSYGANKOV, 1997; LYNCH, 2002).

A postura russa de não se envolver no problema da Ossétia do Sul muda quando o fluxo de refugiados ameaça a estabilidade do território russo no norte do Cáucaso, já em crise devido ao início do movimento

separatista checheno e quando, no auge dos conflitos armados, em janeiro de 1992, as autoridades da Ossétia do Sul organizam um referendo no qual mais de 98% da população vota pela união com a Ossétia do Norte e incorporação à Rússia. Nesse contexto, a Rússia inicia a pressão para que a Geórgia resolva o problema da Ossétia e armamentos russos passam a ser vistos com mais frequência nas mãos de soldados ossetas. Com medo do envolvimento russo, a Geórgia aceita negociar com a Ossétia do Sul e, no dia 24 de junho de 1992, os dois lados assinam os Acordos de Sochi. Segundo o documento, ambos deveriam desocupar a região dos conflitos, estabelecer um cessar-fogo e aceitar tropas de uma Força de Manutenção de Paz Conjunta (FMPC) composta por militares da Rússia, da Geórgia e da Ossétia do Sul para manter a estabilidade na região. As atividades dessa força seriam supervisionadas pela Comissão Conjunta de Controle (CCC), da qual faziam parte as delegações dessas três partes e representantes da Organização para Segurança e Cooperação da Europa (OSCE). A partir de então, a situação na região se estabilizou e a Ossétia do Sul passou a desenvolver instituições próprias de governo, com seus representantes sendo eleitos pela população local. No final das hostilidades, em meados de 1992, em torno de 1000 pessoas estavam mortas, e entre 70 e 100 mil tinham fugido para outras regiões (OZHIGANOV, 1997; MAC-KINLAY; SHAROV, 2003).

Causas do conflito atual:

Saakashvili e as ações unilaterais da OTAN

O ano de 2003 é marcado pela derrubada de Shevardnadze da Presidência, sob a alegação de corrupção. A Revolução Rosa, como ficou conhecida a revolta popular, alçou ao poder o líder do partido do Movimento Nacional da Geórgia, Mikheil Saakashvili. Suas primeiras manifestações públicas deixaram claro que o principal tema de sua plataforma política seria a reunificação do país. Para tanto, o *status* das regiões separatistas deveria ser revisto. No caso da Ossétia do Sul, o novo presidente teria de lidar com a existência de uma região que há mais de dez anos vivia sua independência de fato, garantida pela presença russa. Com esse intuito, Saakashvili resgata o nacionalismo georgiano e busca aliar-se ao Ocidente como forma de contrabalançar a influência russa na região. Assim, o Ocidente desempenharia a função de escudo protetor contra a reação russa quando a bandeira nacionalista fosse novamente desfraldada.

O ressurgimento do nacionalismo georgiano pôde ser atestado logo no primeiro ano de seu governo. Ao decretar o período de comemorações da independência do país, o presidente reabilitou a figura de Gamsakhurdia como herói nacional e renomeou uma das principais avenidas de Tbilisi com seu nome. Além disso, permitiu-se que o corpo de Gamsakhurdia fosse trasladado da Chechênia, onde estava enterrado desde sua misteriosa morte em 1993, para a Geórgia. Desse modo, a figura de Gamsakhurdia deixou de estar associada à imagem de um líder nacionalista que levava o país à guerra civil, imagem essa até então compartilhada pela maior parte dos círculos diplomáticos ocidentais. Com Saakashvili, Gamsakhurdia passa a ser visto como principal artífice da

independência, cujo exemplo deveria ser seguido pelos georgianos: dar a vida pela unidade territorial de sua pátria (CHETERIAN, 2008, p.213).

De outra parte, o país se aproximou mais da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que havia sido criada durante o período da Guerra Fria como aliança militar de defesa dos aliados norte-americanos contra a ameaça comunista. Todavia, ao longo da segunda metade dos anos 1990, enquanto o conflito na Ossétia estava estabilizado, a OTAN passava por uma estranha metamorfose. Com o fim do comunismo soviético, a OTAN se transforma em uma aliança militar voltada para promover a democracia política e a economia de mercado entre os países ex-comunistas e, com esse discurso, inicia seu processo de expansão para o leste da Europa. Por si só, a idéia de uma aliança militar de defesa que promove democracia e reformas econômicas é bastante contraditória. Por esse motivo, a Rússia desconfiava que a OTAN visasse, na realidade, enfraquecer o país em uma região na qual havia desempenhado um papel central (DANNREUTHER, 1999; KUBICEK, 1999; KASSIANOVA, 2002; SMITH, 2002).

As percepções sobre a OTAN pioraram após a intervenção promovida pela Aliança, sem autorização da ONU, na Sérvia, nos primeiros meses de 1999. Sob o pretexto de proteger os albaneses do Kosovo das atrocidades de Slobodan Milosevic, ocorre a primeira “intervenção humanitária” de sua história, exatamente contra um tradicional aliado russo. O peso simbólico da intervenção a favor do Kosovo não poderia ser maior: no mesmo momento em que a República Tcheca, a Hungria e a Polônia ingressavam formalmente na OTAN, em meio às comemorações dos seus 50 anos, a Aliança abandonava seu caráter defensivo e iniciava ações ofensivas fora dos limites de seus Estados membros. Além disso, a intervenção ocorreu para ajudar a população de uma província separatista (Kosovo) dentro de um Estado soberano (Sérvia). Para a Rússia, a semelhança entre esse caso e o problema da Chechênia não era mera coincidência e o exemplo poderia ser invocado para ações futuras em seu território. Desde então, a Rússia liderou a oposição de países como a China e a Espanha ao reconhecimento do Kosovo como um Estado independente, alegando que quebrar a regra da Soberania, entendida tradicionalmente como autonomia na tomada de decisões em relação aos seus cidadãos e controle de seu território por parte do Estado, abriria um precedente perigoso para as relações internacionais. Segundo a Rússia, essa atitude encorajaria movimentos separatistas, os quais não precisariam do beneplácito da comunidade internacional (ONU) para se engajar em suas guerras, mas sim do apoio militar de uma parcela dessa comunidade (OTAN) que se pretende representativa de sua totalidade (MCCGWIRE, 2000).

É sob a luz das relações entre Rússia e OTAN que a posição da Geórgia deve ser entendida. Saakashvili aprofundou os laços com a Aliança e manteve o treinamento militar ocidental para os membros de suas forças armadas, que havia se iniciado no governo de Shevardnadze, sob autorização russa, para que os georgianos pudessem combater guerrilheiros chechenos que se refugiavam na Geórgia. No entanto, o que deveria ser um programa de duração limitada se transformou em uma parceria permanente, uma vez que a saída dos colaboradores da OTAN foi condicionada à

retirada total dos militares russos do território do país. Além disso, a importância dos dutos que levam os hidrocarbonetos do Mar Cáspio à Europa contornando a dependência energética do continente em relação à Rússia coloca a Geórgia em uma posição privilegiada nas suas relações com o Ocidente. Na avaliação de seus líderes, dificilmente o Ocidente permitiria que a Rússia reagisse com violência a uma tentativa unilateral da Geórgia de reincorporar as regiões separatistas ao seu território. Desse modo, seria de se esperar que o Ocidente apoiasse o nacionalismo georgiano em sua busca pela integridade territorial e que esse apoio servisse como fator de dissuasão caso a Rússia aventasse a possibilidade de retaliar. Em agosto de 2008, as pressuposições da Geórgia se mostraram bastante equivocadas.

A Geórgia desconsiderou as mudanças pelas quais os pólos que estruturam seu espaço de ação passaram nos últimos anos. Por um lado, os Estados Unidos, que se posicionaram como principais aliados do país em sua luta para se “livrar” da influência russa, não são mais os mesmos. Em 2003, quando os norte-americanos apoiaram a Revolução Rosa, a guerra no Iraque recém havia começado e, apesar da oposição internacional, o Governo George W. Bush contava com bastante apoio de sua população. Em 2008, o desgaste causado pela atuação em duas frentes de batalha, a crise econômica e os péssimos indicadores de aprovação popular a seu governo impediam qualquer ação mais assertiva em favor da Geórgia no Cáucaso. Por seu turno, a Rússia em 2003 começava a se reerguer da catastrófica década de 1990. O país ainda vivia a 2ª Guerra da Chechênia, a autoridade central sobre as regiões estava aos poucos sendo retomada e a economia ainda se reconstruía. Em 2008, como decorrência da política unilateral norte-americana, os ganhos com as duas principais fontes de receita da Rússia (petróleo e armas) tinham disparado e o bom ambiente econômico garantia mais de 70% de aprovação para Putin no final de seu segundo mandato. Nesse contexto, faria sentido que uma *ação* da Geórgia contasse com uma *reação* da Rússia e com a *inação* dos Estados Unidos. A questão que se deve responder, portanto, é a seguinte: por que a Geórgia agiu?

Embora muitos analistas ocidentais tenham formulado essa mesma questão, há um limite claro em suas respostas. Raramente o nacionalismo georgiano é citado como fator que causou o erro de avaliação do governo Saakashvili, que ordenou o ataque aos Ossetas não acreditando na possibilidade de uma invasão russa, em uma região onde a presença de soldados russos era comum. Isso porque reconhecer o nacionalismo georgiano como responsável pelo conflito implicaria reconhecer que o Ocidente também é responsável pela tragédia vivida no Cáucaso, tendo em vista que a reemergência do nacionalismo na Geórgia é resultado direto de medidas ocidentais. Tal reconhecimento iria de encontro à visão hegemônica de que a Rússia deve ser vista como uma ameaça e, em decorrência, à retórica dos líderes ocidentais para justificarem os gastos militares envolvidos no processo de expansão da OTAN.

Considerações Finais: Rússia como potência emergente?.....

O presente artigo pretendeu analisar o conflito entre Rússia e Geórgia ocorrido em 2008 a partir de uma perspectiva histórica. Nesse

sentido, a versão de que as agressões teriam sido causadas por tendências inerentemente expansionistas da Rússia foi contestada a partir da reconstrução das suas relações bilaterais desde o fim da URSS. Após essa incursão no passado recente dos dois países, as causas guerra foram atribuídas ao renascimento do nacionalismo georgiano e aos resultados do processo de expansão da OTAN. Ademais, o processo de reconhecimento da independência do Kosovo, em fevereiro daquele ano, implementado sem o consentimento russo, criou o precedente para que uma possível intervenção russa resultasse na independência da Ossétia. Embora não tenha tido uma relação direta com o conflito no Cáucaso, esse aspecto contribuiu de modo secundário para a assertividade da resposta russa e reforçou a tendência apresentada ao longo deste texto: as causas do conflito estão no Ocidente, e não na Rússia.

Tal conclusão não implica negar que a Rússia desempenhou um papel importante no conflito. Todavia, ela permite entender como fatores que independem de sua vontade atuaram para que o envolvimento russo ocorresse de modo tão assertivo. Ao que tudo indica, a Rússia passou a se enquadrar, a partir de 2008, na categoria de potência emergente. De acordo com Macfarlane (2006), três características são esperadas de uma potência emergente após a Guerra Fria: preponderância Regional, aspirações ao protagonismo global e contestação da hegemonia norte-americana. Enquanto na crise de 1991-1992 a preocupação russa foi predominantemente regional, sem contestação da unipolaridade norte-americana, na crise de 2008 a lógica de atuação do país alcançou contornos internacionais contra-hegemônicos, em razão das transformações ocorridas na dinâmica das relações entre EUA – OTAN – Geórgia – Rússia. Neste contexto, compete ao Ocidente reconhecer o papel da Rússia como parceira na administração da crise que envolve as regiões separatistas da Geórgia de modo que os conflitos na região não comprometam as relações em outros níveis.

Referências

- BREAULT, Yann; LÉVESQUE, Jacques; JOLICOEUR, Pierre. *La Russie et son ex-empire? recon-figuration géopolitique de l'ancien espace soviétique*. Paris: Presses de Sciences Po, 2003.
- CHETERIAN, Vicken. *War and peace in the Caucasus: ethnic conflict and the new geopolitics*. New York: Columbia University Press, 2008.
- DANNREUTHER, R. Escaping the enlargement trap in NATO-Russian relations. *Survival*, v. 41, n. 4, p. 145-164, 1999.
- GATI, C. The stalinist legacy in soviet foreign policy. *Proceedings of the Academy of Political Science*, v. 35, n 3, p. 214-226, 1984.
- HOFFMANN, E. P. Soviet foreign policy aims and Accomplishments from Lenin to Brezhnev. *Proceedings of the Academy of Political Science*, v. 36, n. 4, p. 10-31, 1987.
- KASSIANOVA, A. Russia: still open to the west? evolution of the state identity in the foreign policy and security discourse. *Europe-Asia Studies*, v. 53, n. 6, p. 821-839, 2001.
- KING, C.; MELVIN, N. J. Diaspora politics: ethnic linkages, foreign policy, and security in Eurasia. *International Security*, v. 24, n. 3, p. 108-138, 1999.
- KUBICEK, P. Russian foreign policy and the west. *Political Science Quarterly*, v. 114, n. 4, p. 547-568, 1999.
- LYNCH, D. Separatist states and post-soviet conflicts. *International Affairs*, v. 78, n. 4, p. 831-848, 2002.

- MACFARLANE, S. Neil. The 'R' in BRICs: is Russia an emerging power? *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 41-57, 2006.
- MACKINLAY, John; CROSS, Peter. *Regional peacekeepers: the paradox of russian peacekeeping*. New York: United Nations University Press, 2003.
- MCCGWIRE, M. Why did we bomb Belgrade? *International Affairs*, v. 76, n. 1, p. 1-23, 2000.
- MIELNICZUK, F. *Identidade como fonte de conflito: a relação entre Ucrânia e Rússia no pós-URSS*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro.
- OZHIGANOV, E. The Republic of Georgia: conflict in Abkhazia and South Ossetia. In: ARBATOV, Alexei et al. (Ed.). *Managing conflict in the former Soviet Union: Russian and American perspectives*. Massachusetts: MIT Press. 1997.
- SEGRILLO, A. *O fim da URSS e a Nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SHEARMAN, P. *Russian foreign policy since 1990*. Boulder: Westview Press, 1995.
- SMITH, M. A. A bumpy road to an unknown destination? NATO-Russia relations, 1991-2002. *European Security*, v. 11, n. 4, p. 59-77, 2002.
- THE NEW YORK TIMES. Russia's war of ambition. 11 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/08/12/opinion/12tue1.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.
- THE WASHINGTON POST. Understanding Russia. 02 de setembro de 2008. Disponível em: <http://articles.washingtonpost.com/2008-09-02/news/36806893_1_foreign-minister-sergei-lavrov-vladimir-putin-ingushetia>. Acesso em: 12 abr. 2013.
- TSYGANKOV, A. P. From international institutionalism to revolutionary expansionism: the foreign policy discourse of contemporary Russia. *Mershon International Studies Review*, v. 41, n. 2, p. 247-268, 1997.
- TSYGANKOV, A.; TARVER-WAHLQUIST, M. Duelling honors: power, identity and the Russia-Georgia divide. *Foreign Policy Analysis*, v. 5, n. 4, p. 307-326, out. 2009.
- TUMINEZ, A. S. Nationalism, ethnic pressures, and the breakup of the Soviet Union. *Journal of Cold War Studies*, v. 5, n. 4, p. 81-136, 2003.